

Senhores Acionistas:  
Em cumprimento as disposições legais e estatutárias apresentamos a V. Sas., as "Demonstrações Contábeis" do exercício encerrado em 31.12.2018, acompanhado do relatório da auditoria contábil independente e do parecer do auditor atuarial independente. O valor do Patrimônio Líquido atingiu R\$ 18.089.064,88 e as Provisões Técnicas R\$ 36.348.689,62. A receita de comercialização de títulos de capitalização alcançou o valor de R\$ 361.110.095,20 e o prejuízo do exercício R\$ 8.308.369,63. Cabe destacar que por meio da Portaria SUSEP nº 6.419, de 17.12.2015, publicada no Diário Oficial da União de 18.12.2015, foi instaurado o regime especial de intervenção na Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - Aplub e na Aplub Capitalização S.A por extensão, regime este que perdura até a presente data.

Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2019.  
Felipe De Vasconcelos Soares Montenegro Mattos  
Interventor - CPF nº 917.361.291-04

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31.12.2018						DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO					
ATIVO	NOTA EXPLIC.	31.12.2018 EM R\$	31.12.2017 EM R\$	PASSIVO	NOTA EXPLIC.	31.12.2018 EM R\$	31.12.2017 EM R\$		31.12.2018 EM R\$	31.12.2017 EM R\$	
<b>CIRCULANTE</b>		<b>61.150.955,29</b>	<b>119.352.322,64</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>39.975.954,31</b>	<b>105.309.298,06</b>	<b>(+)RECEITA LÍQUIDA COM TÍT. DE CAPITALIZAÇÃO</b>	<b>179.010.530,39</b>	<b>270.978.777,30</b>	
DISPONÍVEL		7.793.276,70	1.117.059,52	CONTAS A PAGAR		3.627.264,69	18.005.679,44	ARRECADAÇÃO COM TÍT. DE CAPITALIZAÇÃO	361.110.095,20	545.839.307,71	
CAIXA E BANCOS	3.1	7.793.276,70	1.117.059,52	OBRIGAÇÕES A PAGAR	3.12	2.150.068,08	12.627.004,23	VARIAÇÃO DA PROVISÃO PARA RESGATE	-182.099.564,81	-274.860.530,41	
APLICAÇÕES	3.2	46.359.391,91	112.002.638,85	IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS				<b>(-)-VARIACÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS</b>	<b>454.318,04</b>	<b>1.110.175,79</b>	
TÍTULOS DE RENDA FIXA	3.11	46.357.909,55	112.001.242,45	A RECOLHER	3.13	469.263,10	3.876.145,48	<b>(+)RESULTADO COM SORTEIO</b>	<b>-157.720.695,10</b>	<b>-237.972.825,17</b>	
QUOTAS DE FUNDOS DE INVEST.		1.482,36	1.396,40	ENCARGOS TRABALHISTAS		349.226,57	404.508,24	REVERSÃO	34.247.645,55	37.823.484,86	
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	3.3	1.237.783,91	2.654.508,92	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	3.14	50.273,50	460.960,79	CONSTITUIÇÃO	-34.132.493,61	-37.630.890,04	
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO		1.237.783,91	2.654.508,92	OUTRAS CONTAS A PAGAR	3.15	608.433,44	637.060,70	DESPESAS C/ TÍTULOS SORTEADOS	-157.835.847,04	-238.165.419,99	
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		5.595.171,80	3.412.713,80	PROVISÕES TÉCNICAS - CAPITALIZAÇÃO	3.16	36.348.689,62	87.303.618,62	<b>(-)CUSTOS DE AQUISIÇÃO</b>	<b>-6.826.668,10</b>	<b>-10.337.745,35</b>	
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	3.4	2.085.928,56	1.033.107,44	PROVISÃO PARA RESGATES		28.356.588,51	72.113.911,52	<b>(+)-OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>-12.104.448,02</b>	<b>1.679.178,61</b>	
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS	3.5	568.978,92	112.816,25	PROVISÃO PARA SORTEIO		7.992.101,11	14.735.389,06	RECEITA C/ RESGATES DE TÍTULOS	22.168,93	70.175,76	
DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS		1.062.501,87	970.497,03	OUTRAS PROVISÕES		-	454.318,04	RECEITA C/ PRESC. DE EXIGIBILIDADE	2.155.366,65	3.437.728,82	
OUTROS CRÉDITOS		1.877.762,45	1.296.293,08	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		12.844.296,23	1.322.410,98	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	1.263.446,04	3.450.173,25	
OUTROS VALORES E BENS		109.559,05	110.140,90	CONTAS A PAGAR		1.072.706,04	144.723,46	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	-15.545.429,64	-5.278.899,22	
TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO		108.816,00	108.816,00	OBRIGAÇÕES A PAGAR		927.982,58		<b>(-)DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>-9.646.329,43</b>	<b>-9.750.857,32</b>	
ALMOXARIFADO		743,05	1.324,90	OUTRAS CONTAS A PAGAR		144.723,46	144.723,46	PESSOAL PRÓPRIO	-5.164.699,75	-6.053.371,92	
DESPESAS ANTECIPADAS		55.771,92	55.260,65	OUTROS DÉBITOS		11.771.590,19	1.177.687,52	SERVIÇOS DE TERCEIROS	-2.128.847,28	-2.076.424,06	
ATIVO NÃO CIRCULANTE		9.758.360,13	13.676.820,91	PROVISÕES JUDICIAIS	3.10	11.771.590,19	1.177.687,52	LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO	-998.671,82	-1.172.040,40	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.6	6.747.987,97	9.879.660,86	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		18.089.064,88	26.397.434,51	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	-168.767,25	-36.325,28	
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		6.741.243,57	9.879.660,86	CAPITAL SOCIAL		20.000.000,00	20.000.000,00	PUBLICAÇÕES	-39.652,04	-57.764,96	
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		149.594,09	1.677.954,24	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		243.284,52	249.479,52	DONATIVOS E CONTRIBUIÇÕES	-93.697,39	-170.388,89	
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER		6.591.649,48	8.201.706,62	RESERVAS DE LUCROS		-	6.147.954,99	DESPESAS ADMINISTRATIVAS DIVERSAS	-1.050.994,10	-184.541,81	
DESPESAS ANTECIPADAS		6.744,40	-	PREJUIZOS ACUMULADOS	3.22	(2.154.219,64)	-	<b>(-)DESPESAS COM TRIBUTOS</b>	<b>-1.189.423,22</b>	<b>-2.289.752,84</b>	
INVESTIMENTOS		2.828.040,55	3.484.636,05	TOTAL DO PASSIVO		70.909.315,42	133.029.143,55	<b>(+)RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>4.150.100,85</b>	<b>3.992.577,19</b>	
IMÓVEIS DESTINADOS A RENDA	3.8	2.816.403,53	3.472.999,03					RECEITAS FINANCEIRAS	5.132.211,54	8.516.222,02	
OUTROS INVESTIMENTOS		11.637,02	11.637,02					DESPESAS FINANCEIRAS	-982.110,69	-4.523.644,83	
IMOBILIZADO	3.7	182.331,61	312.524,00					<b>(+)RESULTADO PATRIMONIAL</b>	<b>-30.925,26</b>	<b>-36.138,10</b>	
BENS MÓVEIS		182.331,61	312.524,00					RECEITAS C/ IMÓVEIS DE RENDA	51.007,62	45.232,98	
TOTAL DO ATIVO		70.909.315,42	133.029.143,55					DESPESAS C/ IMÓVEIS DE RENDA	-81.932,88	-81.371,08	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SOCIAL	AUMENTO/REDUÇÃO CAPITAL (EM APROVAÇÃO)	RESERVAS DE		LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			REAVALIAÇÃO	LUCROS		
SALDOS FINAIS - 31/12/2016	20.000.000,00	0,00	255.674,52	5.744.325,46	0,00	26.000.000,00
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO			-6.195,00		6.195,00	0,00
Baixa por Alienação de Bens			-6.195,00		6.195,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					8.072.590,14	8.072.590,14
PROPOSTA PARA DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO				403.629,51	-8.078.785,14	-7.675.155,63
Dividendos				403.629,51	-7.675.155,63	-7.675.155,63
Reserva Legal				403.629,51	-403.629,51	0,00
SALDOS FINAIS - 31/12/2017	20.000.000,00	0,00	249.479,52	6.147.954,99	0,00	26.397.434,51
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO			-6.195,00		6.195,00	0,00
Baixa por Alienação de Bens			-6.195,00		6.195,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					-8.308.369,63	-8.308.369,63
PROPOSTA PARA DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO				-6.147.954,99	6.147.954,99	0,00
Reserva Legal				-1.546.266,36	1.546.266,36	0,00
Reserva Estatutária				-4.601.688,63	4.601.688,63	0,00
SALDOS FINAIS - 31/12/2018	20.000.000,00	0,00	243.284,52	0,00	-2.154.219,64	18.089.064,88

**1 Contexto Operacional**  
A Aplub Capitalização S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Av. Júlio de Castilhos nº 10, Centro, na Cidade de Porto Alegre - RS, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em 07 de Junho de 1996, para atuar na área de capitalização, bem como participar em outras empresas. A controladora da Sociedade é a Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - APLUB, que possui 99,97% do capital da sociedade. A sociedade atua no segmento de capitalização nas seguintes modalidades: Tradicional, Incentivo e Popular. Cabe destacar que em 17 de dezembro de 2015 foi decretado regime de intervenção na Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil e na Aplub Capitalização S.A por extensão conforme Portaria SUSEP nº 6.419, de 17 de dezembro de 2015 publicado no Diário oficial. Portaria SUSEP nº 6.568 de 16 de Junho de 2016 prorrogou o regime de intervenção na sociedade.  
Nos termos da Portaria SUSEP nº 7.195 de 29 de agosto de 2018 foi decretada a Liquidação Extrajudicial da Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - APLUB A referida Liquidação, na forma da decisão prolatada em 30 de agosto de 2018 na ação 1.18.0034154-8 que tramita na 16ª Vara Cível do Foro Central de Porto Alegre, está suspensa. Em 31 de agosto de 2018, conforme Portaria SUSEP nº 7198, foi nomeado o novo interventor da Aplub Capitalização.

**2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis**  
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis que são supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), carta Circular 517/2015, com as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Estas informações são demonstradas através do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, do Fluxo de Caixa, das Mutações do Patrimônio Líquido e Resultado Abrangente.

**2.1 Moeda funcional**  
As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais "R\$", sendo esta a moeda de trabalho que a sociedade definiu.

**2.2 Comparabilidade**  
A comparabilidade do Balanço Patrimonial, Demonstrativo do Resultado do Exercício "DRE" e Fluxo de Caixa "DFC", obedecem às orientações específicas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**2.3 Evento subsequente**  
A Aplub Capitalização S.A. avaliou os eventos subsequentes até 22 de fevereiro de 2019, que é a data da aprovação das demonstrações contábeis pela Intervenção.

**3 Principais práticas contábeis**

**3.1 Caixa e Bancos**  
A composição do caixa e bancos, está assim constituída: Numerários em caixa no valor de R\$ 3.694,84, saldo bancário no valor de R\$ 574.435,12, cheques emitidos no valor de R\$ (6.239,60) e investimentos equivalente a caixa no valor de R\$ 7.221.386,34.

**3.2 Aplicações Financeiras**  
As aplicações em títulos de renda fixa estão registradas pelo custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos decorridos até a data do Balanço e encontram-se classificados na categoria de títulos para negociação. Os títulos públicos federais tiveram como parâmetro para atualização, o mercado secundário da Anbima, assim distribuídos:

	31/12/2018		31/12/2017	
	PERC.	VALOR	PERC.	VALOR
<b>Títulos de renda fixa - Privados</b>				
Certif. de depósitos Bancários - CDB	0,00%	0,00	31,95%	35.785.073,05
Aplicação Compromissada	0,00%	0,00	23,03%	25.793.869,75
<b>Títulos de renda fixa - Públicos</b>				
Letras financeiras do tesouro - LFT	90,85%	42.117.986,99	35,32%	39.564.123,71
Notas do tesouro nacional - NTN	9,15%	4.239.922,56	9,69%	10.858.175,94
<b>Quotas de fundo de investimentos</b>				
Fundo de investimento	0,001%	1.482,36	0,001%	1.396,40
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>46.359.391,91</b>	<b>100%</b>	<b>112.002.638,85</b>

**3.3 Créditos das Operações de Capitalização**  
Os créditos das operações de Capitalização estão classificados no Ativo Circulante aguardando os recursos a serem ingressados, cujos vencimentos não ultrapassem o prazo de 12 meses.

**3.4 Créditos a Receber**  
O saldo de Créditos a Receber no montante de R\$ 2.085.928,56 é composto da seguinte forma: R\$ 8.038.635,85 referente à demais valores a receber e R\$ (5.952.707,29) referente a provisão de redução ao valor recuperável.

**3.5 Créditos Tributários e Previdenciários**  
O saldo de Créditos Tributários e Previdenciários é composto de Impostos a compensar e antecipações do imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. A sociedade está sujeita ao regime de tributação com base no lucro real, a ser apurado em 31 de Dezembro, sendo assim, a empresa optou pelo recolhimento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social, calculando com base nas regras de estimativa mensal. Créditos de Imposto de Renda R\$ 353.133,10;

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EM 31.12.2018		
NOME DA CONTA	31.12.2018	31.12.2017

<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>SUPERÁVIT / DÉFICIT LÍQUIDO do Período</b>	<b>-8.308.369,63</b>	<b>8.072.590,14</b>
<b>Ajustes para:</b>	<b>3.271.339,68</b>	<b>281.638,51</b>
Depreciações e Amortizações	132.922,39	281.638,51
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	3.138.417,29	0,00
<b>Variacão nas contas patrimoniais:</b>	<b>11.715.977,13</b>	<b>-12.503.187,87</b>
Ativos financeiros	65.643.246,94	-27.598.669,64
Créditos das operações de capitalização	1.416.725,01	-2.654.508,92
Depósitos judiciais e fiscais	-92.004,84	-215.108,24
Despesas antecipadas	-7.255,67	-45.380,10
Outros ativos	-1.433.275,81	3.832.322,67
Impostos e Contribuições	-3.817.569,67	-812.424,71
Outras contas a pagar	-9.632.862,50	2.888.828,07
Depósitos de terceiros	0,00	0,00
Provisões técnicas - capitalização	-60.954.929,00	11.025.600,24
Provisões Judiciais	10.593.902,67	1.076.152,76
Outros Passivos	0,00	0,00
<b>Caixa Gerado / (Consumido) pelas operações</b>	<b>6.678.947,18</b>	<b>(4.148.959,22)</b>
<b>Caixa Líquido Gerado / (Consumido) nas Atividades Operacionais</b>	<b>6.678.947,18</b>	<b>(4.148.959,22)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Pagamento pela Compra:	(2.730,00)	(29.283,00)
Imobilizado	-2.730,00	-29.283,00
<b>Caixa Líquido Gerado / (Consumido) nas Atividades de Investimento</b>	<b>(2.730,00)</b>	<b>(29.283,00)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	(7.675.155,63)
Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio	-	(1.558.046,58)
Pagamento de Empréstimos (exceto juros)	-	-
<b>Caixa Líquido Gerado / (Consumido) nas Atividades de Financiamento</b>	<b>-</b>	<b>(9.233.202,21)</b>
<b>Aumento/ (Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>6.676.217,18</b>	<b>-13.411.444,43</b>
<b>Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período</b>	<b>1.117.059,52</b>	<b>14.528.503,95</b>
<b>Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período</b>	<b>7.793.276,70</b>	<b>1.117.059,52</b>

Porto Alegre, 22 de Fevereiro de 2019

Créditos de Contribuição Social R\$ 210.696,92; Créditos de PIS e COFINS R\$ 5.148,90.

	31/12/2018	31/12/2017
<b>IR a compensar</b>	<b>353.133,10</b>	<b>101.166,68</b>
<b>CSLL a compensar</b>	<b>210.696,92</b>	<b>11.375,36</b>
<b>COFINS a compensar</b>	<b>4.538,98</b>	<b>274,21</b>
<b>PIS a compensar</b>	<b>609,92</b>	<b>0,00</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**3.6 Ativo Realizável a Longo Prazo**

Os direitos vencíveis após o encerramento do próximo exercício estão classificados no ativo realizável a longo prazo (ARLP). A conta Títulos e Créditos a Receber com saldo de R\$ 6.747.987,97 é composta por Créditos a Receber R\$ 1.677.954,24, que, por ora, temos uma provisão ao valor recuperável de R\$ 1.528.360,15 e de Outros Créditos a Receber R\$ 10.491.304,88 sendo: R\$ 3.287.271,70 relativo à venda do investimento na empresa Aplub Informática para a empresa Aplub Agro Florestal S/A, R\$ 6.886.797,94 relativo ao adiantamento para futuro aumento de capital para a empresa Aplub Informática, que hoje são de responsabilidade da empresa Aplub Agro Florestal S/A, R\$ 317.235,24 que transferimos do Ativo Circulante referente ao saldo de aplicação financeira na forma de CDB no Banco BVA S.A., que se encontra em processo de liquidação pelo Banco Central, motivo pelo qual também registramos valor idêntico como redução ao valor recuperável e redução ao valor recuperável de R\$ 3.287.271,70 referente as parcelas não pagas pela Agro Florestal na venda do investimento. No que se refere a nossa última venda, citada no texto acima, também estamos fazendo uma provisão ao valor recuperável no valor de R\$ 295.148,46.

**3.7 Imobilizado**

A composição do Ativo Imobilizado é a seguinte: A) Informática R\$ 513.759,69 B) Softwares R\$ 863.949,50 C) Central telefônica R\$ 25.000,00 D) Refrigeração R\$ 442.194,94 E) Máquinas, Móveis e Utensílios R\$ 392.025,09 F) Veículos R\$ 159.643,00 G) Depreciação Acumulada R\$ (2.214.240,61).

**3.8 Imóveis**

A composição dos Imóveis é a seguinte: Terrenos Urbanos R\$ 416.637,91, Edificações Urbanas R\$ 3.336.763,56 e Edificação Urbana Depreciação Acumulada R\$ 936.997,94.

**3.9 Depreciações e Amortizações**

As depreciações e amortizações foram calculadas pelo método linear que consiste na aplicação de taxas durante o período de vida útil estimado do bem.

**3.10 Contingências Passivas**

A sociedade com base na análise individual dos processos, avaliou o seu contencioso jurídico e administrativo da seguinte forma:

Prob. de perda pass.	Cível	Trabalhista	Adm./Trib.	Total
<b>Provável</b>	11.176.952,57	568.637,62	26.000,00	11.771.590,19
<b>Possível</b>	31.680.519,88	3.882.610,06	853.582.982,06	889.146.112,00
<b>Total Passivas</b>	42.857.472,45	4.451.247,68	853.608.982,06	900.917.702,19

A discussão tributária, em fase administrativa, refere-se a autos de infração emitidos pela Receita Federal pela exclusão de descontos incondicionalmente concedidos na base de cálculo do IRPJ e CSLL dos anos 2011 e 2012, bem como do PIS e COFINS dos anos 2010 à 2012. Com relação ao Processo do PIS e COFINS dos anos de 2010 e 2011, houve julgamento de 1ª instância administrativa favorável à Aplub Capitalização S.A..

**3.11 Risco de liquidez, risco de mercado e risco de crédito**

A Aplub Capitalização está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, em maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos:

**Risco de Liquidez:** Gerenciado através do monitoramento do descaimento de fluxos financeiros de ativos e passivos, evitando reflexos sobre a capacidade da empresa em honrar seus compromissos.

**Risco de Mercado:** As aplicações financeiras não apresentaram descaimento nas taxas de juros contratadas, haja vista que são remuneradas em 100% da SELIC em se tratando de títulos públicos, e no intervalo de 90 a 100% do CDI em relação as aplicações em títulos privados.

**Risco de Crédito:** A Aplub Capitalização age de forma conservadora, com baixa exposição a esses riscos, na medida em que mantém seus investimentos em Instituições Financeiras de Primeira Linha.

**3.12 Obrigações a Pagar**

O saldo da conta Obrigações a pagar é de R\$ 2.150.068,08 este saldo é composto por, Dividendos a Pagar R\$ 165,84, Honorários, Remuneração e Gratificação a Pagar R\$ 162.138,51 e Outras Obrigações a Pagar R\$ 1.987.763,73.

**3.13 Impostos e encargos sociais a recolher**

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Imposto de Renda retido na fonte de funcionários</b>	51.184,07	341.449,86
<b>Imposto de Renda retido de terceiros</b>	196.459,44	3.309.905,77
<b>Imposto sobre Serviço retido</b>	43,24	298,15
<b>Contribuição Previdenciária</b>	80.951,91	79.932,42
<b>Contribuição para o FGTS</b>	21.870,09	26.867,41
<b>Outros Impostos e encargos sociais</b>	118.754,35	117.691,87

**3.14 Impostos e Contribuições**

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Imposto de Renda</b>	0,00	150.268,91
<b>Contribuição Social</b>	0,00	121.815,15
<b>COFINS</b>	43.246,02	162.474,61
<b>PIS</b>	7.027,48	26.402,12

**3.15 Outras Contas a Pagar**

Estão registrados nesta rubrica, valores a regularizar R\$ 20.771,07, provisão para prestação de contas clientes R\$ 354.510,32, cheques emitidos para pagamentos de sorteios e não compensados até 31/12/2018 no valor de R\$ 233.152,05, que deverão ser compensados no decorrer de 2019.

**3.16 Provisões Técnicas de Capitalização**

As Provisões Técnicas foram calculadas de acordo com as Notas Técnicas que deram origem aos títulos de capitalização comercializados pela empresa. A empresa possuía em 31.12.2017, saldo de Provisões Técnicas - Capitalização no valor de R\$ 87.303.618,62, constituindo novas Provisões no valor de R\$ 497.424.463,48, Atualização/Juros R\$ 675.054,84, Reversão 158.058.522,60, Sorteio/Resgate Prescritos R\$ 2.155.366,33 e final a título de resgate/sorteio R\$ 388.840.558,39, chegando ao final do período de 31.12.2018 com o saldo de R\$ 36.348.689,62. Oferecemos em cobertura das Provisões Técnicas os seguintes Ativos: a) Títulos de Renda Fixa Públicos - LFT/NTN R\$ 46.357.909,55; b) Fundo de Investimento 1.482,36, existindo uma suficiência de R\$ 10.010.702,29. A Liquidez mínima necessária é de R\$ 796.328,18 ficando com uma suficiência de liquidez de R\$ 9.214.374,11.

**1. Provisão Matemática para Capitalização**

A Provisão Matemática para Capitalização (PMC) deve ser constituída enquanto não ocorrido o evento gerador de resgate do título, e abrange a parcela dos valores arrecadados para capitalização, devendo ser calculada para cada título que estiver em vigor ou suspenso durante o prazo previsto em nota técnica atuarial.

**2. Provisão para Resgate**

A Provisão para Resgate (PR) deve ser constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação, ou conforme os demais casos previstos em lei, nas modalidades a seguir:

- Títulos Vencidos: constituída para todos os títulos com prazo de vigência concluído.  
- Títulos Antecipados: constituída para todos os títulos cancelados após o prazo de suspensão ou em função de evento gerador.

**3. Provisão para Sorteios a Realizar**

A Provisão para Sorteios a Realizar (PSR) abrange a parcela dos valores arrecadados para sorteio e deve ser constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados.

**4. Provisão para Sorteios a Pagar**

A Provisão para Sorteios a Pagar (PSP) deve ser constituída, a partir da data de realização do sorteio até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação, ou conforme os demais casos previstos em lei.

**5. Provisão Complementar de Sorteio**

A Provisão Complementar de Sorteio (PCS) deve ser constituída para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar, sendo utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos sorteios a realizar.

**3.17 Partes Relacionadas**

A Aplub Capitalização, comercializou em 2018 títulos de capitalização para sua controladora, Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - APLUB no valor de R\$ 4.422.623,86 e para o ano de 2017 o montante de R\$ 12.653.858,10.

**3.18 Fluxo de caixa**

A empresa optou por demonstrar no ano de 2018 em comparativo com 2017 o método indireto do fluxo de caixa.

**3.19 Imposto de Renda e Contribuição Social**

Resultado Contábil	-3.903.539,85
(+) Realização do Imobilizado	6.185,00
(+) Despesas Não Dedutíveis	13.739.188,82
(-) Lucro Real	9.841.843,97

<b>Base de Cálculo para IRPJ e CS</b>	<b>9.841.843,97</b>
---------------------------------------	---------------------

Imposto	Base de Cálculo	Valor
IRPJ	9.841.843,97 x 15%	1.476.276,60
Adicional IRPJ	9.841.843,97 - 240.000 = 9.601.843,97 x 10%	960.184,40
<b>Total IRPJ</b>		<b>2.436.460,99</b>
<b>Contribuição Social</b>	<b>9.841.843,97 x 20%</b>	<b>1.968.368,79</b>

**3.20 Demonstração do Patrimônio Líquido Ajustado**

O Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) será calculado com base no Patrimônio Líquido Contábil ou no patrimônio social contábil, processados os seguintes ajustes:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO	
	Valor
<b>1. Ajustes Contábeis</b>	
1.1 Patrimônio Líquido	18.089.064,88
1.3 Despesas Antecipadas	-62.516,32
1.12 Obras de arte	-4.620,00
1.15 Créditos de alienação de Ativos	-6.591.649,48
1.17 Patrimônio Líquido Ajustado - Subtotal	11.430.279,08
<b>2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos</b>	
2. Valor do ajuste	0,00
<b>2.7. Patrimônio líquido ajustado (total) = Patrimônio líquido ajustado (subtotal) + ajustes associados à variação dos valores econômicos</b>	<b>11.430.279,08</b>
<b>3. Capital Base (CB)</b>	<b>10.800.000,00</b>
Capital de Risco de Subscrição	2.114.520,04
Capital de Risco de Crédito	1.329.297,76
Capital de Risco de Operacional	1.044.569,97
Capital de Risco de Mercado	1.092.456,70
Efeito da Correlação	-1.054.374,61
<b>4. Capital de Risco (CR)</b>	<b>4.526.469,86</b>
<b>5. Capital Mínimo Requerido (CMR) = Máx (CB,CR)</b>	<b>10.800.000,00</b>
<b>6. Suficiência (PLA-CMR)</b>	<b>630.279,08</b>

**3.21 Demonstração do Resultado do Exercício**

DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO: A) Receita líquida com títulos de capitalização - A1) Receita com carregamento R\$ 361.110.095,20 Despesa com constituição de resgate R\$ 182.099.564,81 B) Variação das Provisões técnicas - B1) Reversão R\$ 124.137.679,83 B2) Constituição R\$ 123.683.361,79 C) Resultado com sorteios R\$ 157.720.695,10 D) Custo de aquisição - D1) Despesas de corretagem R\$ 155.345,35 D2) Despesa de custeamento de venda R\$ 6.670.401,75 E) Outras receitas e despesas operacionais - E1) Receita com resgate de títulos R\$ 22.168,93 E2) Receita com Prescrição de exigibilidade R\$ 2.155.366,65 E3) Outras Receitas Operacionais R\$ 1.263.446,04 E4) Outras Despesas Operacionais R\$ 15.545.429,84 F) Despesas Administrativas - F1) Pessoal próprio R\$ 5.164.699,75 F2) Serviço de terceiros R\$ 2.128.847,28 F3) Localização e funcionamento R\$ 999.671,62 F4) Publicidade e propaganda R\$ 168.767,25 F5) Publicações R\$ 39.652,04 F6) Donativos e contribuições R\$ 93.697,39 F7) Despesas administrativas diversas R\$ 1.050.994,10 G) Despesas com tributos - G1) CONTRIBUIÇÕES: COFINS R\$ 801.239,98 PIS R\$ 130.201,50 G2) Taxa de fiscalização SUSEP R\$ 257.981,74 H) Receita financeira - H1) Títulos de renda fixa R\$ 4.676.859,46 H2) Títulos de renda variável R\$ 1.610,63 I) Outras receitas financeiras R\$ 453.741,45 J) Despesas financeiras - J1) Despesas financeiras com provisões técnicas R\$ 673.234,49 J2) Outras despesas financeiras R\$ 308.876,20 K) Receitas Patrimoniais - K1) Receita com Imóveis de Renda R\$ 51.007,62 L) Despesas patrimoniais - L1) Despesas com imóveis de renda R\$ 81.932,88 M) Impostos e Participações sobre o Lucro - M1) IRPJ R\$ 2.436.460,99 M2) CS R\$ 1.968.368,79.

**3.22 Resultado do Exercício**

Neste período, a organização apresentou um prejuízo de R\$ 8.308.369,63, ficando assim, sem reserva legal e estatutária. Com este cenário, ficaremos com um prejuízo acumulado de R\$ (2.154.219,64), e com um patrimônio líquido de R\$ 18.089.064,88.

**3.23 Risco de Subscrição**

\*risco de subscrição: possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da supervisão, associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo dos pagamentos, quotas e provisões técnicas;" (Resolução 321/2015)

**4 Capital Social**

O Capital Social é de R\$ 20.000.000,00 (Vinte milhões de reais) e está dividido em 2.086.252 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

<b>Felipe De Vasconcelos Soares Montenegro Mattos</b> Interventor CPF nº 917.361.291-04	
<b>CARLOS HENRIQUE RADANOVITSK</b> ATUÁRIO MIBA Nº 1213	<b>ROBÉRCIO STRUNKIS ROLÃO</b> TÉCNICO - CONTÁBIL - CRCRS nº 090697/O-3

**PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES**

**Aos Administradores e Acionistas da APLUB CAPITALIZAÇÃO S.A. Porto Alegre - RS**

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo, os valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência da APLUB CAPITALIZAÇÃO S.A., em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Responsabilidade da Administração**

A Administração da APLUB CAPITALIZAÇÃO S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos Atuais Independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência estejam livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da solvência a nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Sociedade e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma expectativa de lucros que garantam sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas quando registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas (quando existentes) e da solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuarial, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuarial considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência da Sociedade para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas

não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da APLUB CAPITALIZAÇÃO S.A..

**Demonstrativo dos Valores Sujeitos à Auditoria Atuarial em 31/12/2018**

Provisões Técnicas	Em R\$
<b>Provisões Matemática para Capitalização - PMC</b>	<b>19.170.892,60</b>
<b>Provisão para Resgates - PR</b>	<b>9.185.696,24</b>
<b>Provisão para Distribuição de Bônus - PDB</b>	<b>0,00</b>
<b>Provisão de Sorteios para Realizar - PSR</b>	<b>597,01</b>
<b>Provisão para Sorteios a Pagar - PSP</b>	<b>7.991.504,11</b>
<b>Provisão Complementar de Sorteios - PCS</b>	<b>0,00</b>
<b>Outras Provisões</b>	<b>0,00</b>
<b>Total de Provisões Técnicas Auditadas (A)</b>	<b>36.348.689,96</b>

Necessidade de cobertura das provisões técnicas	Em R\$
<b>Provisões técnicas (a)</b>	<b>36.348.689,96</b>
<b>Depósitos Judiciais Redutores (b)</b>	<b>-</b>
<b>Outros (c)</b>	<b>-</b>
<b>Total a ser coberto (a-b-c)</b>	<b>36.348.689,96</b>

\*Apenas os acréscimos e deduções normativos em relação ao Patrimônio Líquido foram auditados e não o próprio Patrimônio Líquido, dado que o Patrimônio Líquido é uma conta que resulta de todas as posições ativas e passivas da entidade, inclusive aquelas além da abrangência de nossa auditoria atuarial.

Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido	Em R\$
<b>Patrimônio líquido ajustado - PLA* (a)</b>	<b>11.430.279,08</b>
<b>Capital Base (b)</b>	<b>10.800.000,00</b>
<b>Capital de Risco - Subscrição (c)</b>	<b>2.114.520,04</b>
<b>Capital de Risco - Crédito (d)</b>	<b>1.329.297,76</b>
<b>Capital de Risco - Operacional (e)</b>	<b>1.044.569,97</b>
<b>Capital de Risco - Mercado (f)</b>	<b>1.092.456,70</b>
<b>Redução por Correlação dos Riscos (g)</b>	<b>-1.054.374,61</b>
<b>Capital de Risco (h) = (c)+(d)+(e)+(f)+(g)</b>	<b>4.526.469,86</b>
<b>Capital Mínimo Requerido (i) = Maior entre (b) e (h)</b>	<b>10.800.000,00</b>
<b>Solvência: Suficiência / (Insuficiência) do PLA (a) - (i)</b>	<b>630.279,08</b>

Liquidez em relação ao Capital de Risco	Em R\$
<b>Provisões a serem garantidas (a)</b>	<b>36.348.689,96</b>
<b>Ativos Garantidores Aceitos (b)</b>	<b>46.359.391,91</b>
<b>Ativos Garantidores Aceitos - Provisões a serem garantidas (c) = (b)-(a)</b>	<b>10.010.702,29</b>
<b>Capital de Risco (1) (d)</b>	<b>4.526.469,86</b>
<b>Índice de Liquidez em relação ao Capital de Risco (2) (c) / (d)</b>	<b>221,16%</b>

**PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Aos Diretores e Acionistas da APLUB CAPITALIZAÇÃO S.A.**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da APLUB CAPITALIZAÇÃO S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da APLUB CAPITALIZAÇÃO S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a APLUB CAPITALIZAÇÃO S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfases**

Conforme divulgado no Relatório da Administração e na nota explicativa no 1, em 17 de dezembro de 2015 foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria SUSEP nº 6.419 que decretou o regime de intervenção na ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS UNIVERSITÁRIOS DO BRASIL - APLUB e por extensão, também na APLUB CAPITALIZAÇÃO S.A..

Nos termos da Portaria SUSEP nº 7.195 de 29 de agosto de 2018 foi decretada a Liquidação Extrajudicial da Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - APLUB. A referida Liquidação, na forma da decisão prolatada em 30 de agosto de 2018 na ação 1.18.0034154-8 que tramita na 16ª Vara Cível do Foro Central de Porto Alegre, está suspensa. A base de preparação das demonstrações contábeis da Aplub Capitalização S.A. elaboradas pela administração, observou o pressuposto de continuidade normal de suas operações, não sendo possível avaliar eventuais desdobramentos oriundos do processo de liquidação da controladora Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - APLUB.

Em 31 de agosto de 2018, conforme Portaria SUSEP nº 7198, foi nomeado o novo interventor da Aplub Capitalização.

Conforme divulgado na nota explicativa no 3.10, a sociedade com base na análise individual dos processos, avaliou o seu contencioso jurídico e administrativo e provisionou o montante das contingências de natureza, cíveis, trabalhistas e tributárias (administrativas) consideradas como de perda provável, não sendo possível assegurar que tais provisões registradas nas demonstrações financeiras, serão suficientes para fazer frente a eventuais perdas decorrentes de desdobramentos desfavoráveis que possam advir da totalidade das ações e discussões em curso.



# APLUB CAPITALIZAÇÃO S.A.

Av. Júlio de Castilhos, 10 - Porto Alegre/RS

CNPJ 88.076.302/0001-94 - NIRE 4330001112-7

## PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Outros Assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior  
As demonstrações financeiras da **APLUB CAPITALIZAÇÃO S.A.** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram por nós examinadas conforme relatório emitido em 22 de fevereiro de 2018 contendo opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras e ênfase quanto a direção fiscal instaurada e regime de intervenção na controladora Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - APLUB e por extensão, na APLUB CAPITALIZAÇÃO, contencioso jurídico e administrativo, bem como insuficiência de ativos garantidores das provisões técnicas.

divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a **APLUB CAPITALIZAÇÃO S.A.** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.  
Os responsáveis pela governança da APLUB CAPITALIZAÇÃO S.A. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **APLUB CAPITALIZAÇÃO S.A.**... Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **APLUB CAPITALIZAÇÃO S.A.** a não mais se manter em continuidade operacional.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da **APLUB CAPITALIZAÇÃO S.A.** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.  
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.  
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **APLUB CAPITALIZAÇÃO S.A.** continuar operando,

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2019.



**Rosito & Filomena**

Auditores Independentes

CRC/RS 3993 - CVM 9091

José Albino Filomena  
Contador-CRC-RS 43.798

PORTO ALEGRE, 28 DE FEVEREIRO DE 2019



Nome do arquivo: Materia\_155fe05e-bf5b-4dda-bfff-791c55062498.pdf

Autenticidade: Documento Íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
PROCERGS CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO Responsável: ANTONIO RAMOS GOMES	07/03/2019 11:21:21 GMT-03:00	87124582000104 14833379015	Assinatura válida

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.